

Desumanizando o outro: a construção do imaginário anticomunista na *Revista Veja* (1968-1970).

Tamiris Carvalho*

A década de 1960 foi marcada inúmeras transformações, principalmente no campo da política, e para que tenhamos uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo necessitamos inicialmente apresentar o objetivo do projeto. E a seguir a contextualização do objeto.

O nosso objeto de pesquisa está inserido na linha de pesquisa *Integração, Política e Fronteira* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, se propõe analisar como a *Revista Veja*, através de suas propagandas contribuiu na construção imaginária do inimigo da Nação (Brasil) durante o período da Ditadura civil-militar no Brasil, a partir do ano de 1968. Perceber como ela corroborou com a utilização de elementos sensacionalistas com o intuito de denegrir a imagem por meio da fabricação da indiferença moral a imagem daqueles que lutavam contra o regime, criando um inimigo imaginário.

Inicialmente é necessário compreender o processo que desencadeou a Ditadura civil-militar no Brasil e mais perceber como o comunismo tornou-se um perigo imaginário fazendo com que todos aqueles que fossem considerados comunistas deveriam ser eliminados, pois eram considerados um perigo a Nação (Brasil).

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos presidente e vice-presidente respectivamente, porém o governo de Jânio Quadros durou apenas sete meses. Em agosto de 1961, o presidente da República renunciou. Então quem deveria assumir pela Constituição seria o vice-presidente Jango, que se encontrava na China.

Iniciava-se então o retorno ao Brasil, porém forças conspiratórias organizavam-se para barrar a posse de Jango. O mesmo era mal visto pelos militares, pois tinha fortes ligações com os sindicatos, enquanto foi ministro do trabalho do governo de Getúlio Vargas. Jango muitas vezes foi considerado comunista, principalmente por se encontrar na China no momento da renúncia e por suas ligações com a esquerda o que não agradava os militares.

Utilizando-se desse pretexto os militares tentaram impedir a posse de Jango, este então assumiu para governar com o parlamentarismo, sendo o primeiro ministro Tancredo Neves. Porém não foi por muito tempo, em janeiro de 1963, realizaram um plebiscito e Jango recuperou seus direitos políticos. Conforme Felizardo “o governo parecia imobilizado, suspenso em um duplo fio de navalha: de um lado as aspirações populares, de outro, a trama dos conservadores” (2003:70).

O clima de incertezas pairava. Os militares não queriam de modo algum a posse de Jango como presidente, e a partir do momento que o mesmo assumiu como presidente do Brasil, com plenos poderes, militares e civis organizaram-se para dar o golpe em Jango.

Em 13 de março de 1964 ocorreu o Comício da Central do Brasil que somente veio agravar a situação. Para as esquerdas, “a notícia surgiu como uma vitória dos grupos reformistas que, desde a posse de Goulart, procuravam tê-lo como aliado nas mudanças econômicas e sociais” (FERREIRA, 2005:325). Para os grupos mais conservadores, o comício “atuou como um alerta, como uma senha que unificou grupos e propostas heterogêneas no sentido de romper com o jogo democrático” (FERREIRA, 2005:325).

O objetivo principal era realizar uma série de comícios semelhantes ao do Rio de Janeiro, em várias cidades, como em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. O intuito era mobilizar a população contra o Congresso Nacional, obrigando os parlamentares a aprovarem a reformas de base.

Segundo Ferreira (2005:396) “é verdade que a conspiração avançava a passos largos desde que Goulart assumira o poder sem o parlamentarismo”. Jango deixou o Rio de Janeiro e seguiu para Brasília e na mesma noite viajou para Porto Alegre. Numa manobra os militares declararam vaga à presidência. Jango partiu para sua fazenda em São Borja, dois dias depois já estava exilado no Uruguai.

Para Claudia Wasserman (2010:53),

o golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras.

Com o golpe iniciou-se um período de perseguições, prisões e expurgos que ficou “conhecido como a primeira operação limpeza” (RODEGHERO, 2007:84). Em nove de abril o Comando Supremo da Revolução editou um ato institucional que ficou conhecido como AI-1 que “dava amplos poderes ao Executivo, especialmente à Presidência da República; instaurava inquéritos policial-militares (IPMs), suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos [...]” (RODEGHERO, 2007:85).

Conforme Rodeghero (2007:88):

no Rio Grande do Sul, os seguidores de Leonel Brizola, cujos nomes estiveram associados aos grupos de onze, foram perseguidos desde os primeiros momentos. Para melhor compreender tal organização e a repressão que se voltou contra esta, é preciso lembrar a grande popularidade de que Leonel Brizola gozava [...], a repressão estava relacionada tanto com o mandato de governador do estado e de seu envolvimento com a Campanha da Legalidade (1961).

Em outubro de 1965 foi baixado o Ato Institucional Número Dois ou AI-2 que segundo Carlos Fico:

o ato restabeleceu a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos leis [...] (2004:75).

Com a extinção dos partidos políticos foram criadas novas regras para formação das novas agremiações políticas onde a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi composta pelos partidos conservadores, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abrigou representantes do PTB, MTR e ARS.

Em 1968 foi decretado o AI-5 que “previa a suspensão do *habeas corpus* para os crimes políticos, o que tornava praticamente impossível qualquer tipo de crítica ao regime” (RODEGHERO, 2007:95). Além desses decretos foram criados outros instrumentos contra a subversão

foi o caso da montagem do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações); do aperfeiçoamento dos órgãos de informação dos ministérios militares; do rigor na censura à imprensa; da promoção do regime através da propaganda e também das reformas na Justiça Militar (RODEGHERO, 2007:95).

Com o AI-5 a busca por aqueles que eram considerados comunistas tornou-se ainda maior. A campanha contra o comunismo já havia iniciado em 1950, com Getúlio Vargas, onde o comunista passou a ser considerado o traidor da pátria.

Conforme Cecília Coimbra,

o fantasma do comunismo ameaçava e rondava as famílias brasileiras; era necessário esconjurá-lo, estar sempre alerta para que a pátria, a família e a propriedade continuassem territórios sagrados e intocáveis por tal peste. Não foi por acaso que o golpe de 1º de abril de 1964 teve o apoio de significativas parcelas das classes médias que denunciavam o avanço do comunismo na sociedade brasileira e exigiam um governo forte (2011:42).

Após o golpe de 1964, intensificou-se ainda mais a “caça” aos comunistas, as propagandas, as cassações, as prisões e os primeiros desaparecimentos, principalmente depois do decreto do AI-5. “A partir daí, o regime militar consolidou a sua forma mais brutal de atuação por intermédio de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional” (COIMBRA, 2011).

A ditadura silenciava, massacrava toda e qualquer pessoa ou movimento que fizesse oposição ao regime: era o terrorismo de Estado que se instalava a ditadura sem disfarce.

Conforme Coimbra,

a censura tornava-se, a cada dia, mais feroz e violenta, pois dificultava e impedia qualquer circulação e manifestação de caráter um pouco mais crítico. A televisão passou a ter um grau de eficiência e eficácia internacionais, fabricava e sedimentava valores e padrões para um país que “vai pra frente” (2011:43).

Cecília Coimbra (2011), ainda nos coloca que muitas imagens (imaginário) passaram a ser construídas naquele período, dentre elas a do subversivo ou terrorista. Este era apresentado com conotações de grande periculosidade e violência, porque se apresentava como uma figura contrária à ordem vigente e dessa forma deveria ser identificado, denunciado e controlado e se necessário, exterminado. Estes ainda eram vistos como “criminosos, ateus, traidores e prostitutas para as mulheres, pois carregavam fortes implicações morais”. Estes eram vistos como antissociais, pois representava um perigo à religião, a família, a pátria, a moral, a civilização.

No mesmo ano (1968), Emílio Garrastazu Médici, tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil, um dos períodos mais violentos e repressivos da Ditadura civil-militar no Brasil. Segundo Coimbra,

vivia-se no Brasil um dos mais violentos períodos de perseguições, sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Expandia-se a doutrina do regime militar, baseada na Segurança Nacional, tendo como centro irradiador a Escola Superior de Guerra que ajudou no avanço e desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos (2000:06).

No cenário internacional, não era muito diferente, a “caça” aos comunistas caminhava a passos largos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), e o surgimento das duas potências os Estados Unidos e da União Soviética, iniciava-se assim uma disputa pelo aumento da área de influência por esses países, tanto política, econômica ou ideológica. Essa disputa ficou conhecida como Guerra Fria e assim caracterizou-se pelas constantes ameaças tanto do bloco capitalista como comunista em desencadear um conflito nuclear.

Nos EUA, o combate ao comunismo teve início em 1947, com a Doutrina Truman, através do qual o país comprometia-se a auxiliar financeiramente o país que estivesse sobre ameaça da União Soviética. Esse mundo bipolarizado se fez sentir na América Latina, em 1960. Em 1959, a Revolução Cubana, colocou fim as relações entre Cuba e os EUA. O fato de Cuba declarar-se socialista acarretou em transformações no modo como o perigo comunista deveria ser combatido.

Com a presença do inimigo no continente, os EUA, tomou novas medidas para evitar que ocorresse o que aconteceu em Cuba. Com isso criou “Aliança para o progresso”, conforme Ianko Bett,

O governo dos EUA, “ciente” da gravidade dos problemas sociais e econômicos dos países latino-americanos, fator este considerado como a principal via de fomentação do ideário comunista, criou a referida aliança como forma de proporcionar o desenvolvimento da região (2010:16).

Em contrapartida os EUA, exigia transformações estruturais que acarretou por gerar uma considerável pressão sobre os países latino-americanos para que efetivassem medidas anticomunistas. Porém com a vitória da Rússia comunista contra o nazismo e o fascismo, adquiriram uma grande aceitação na América Latina, sendo considerado um dos meios para solucionar os problemas econômicos e sociais dos países.

Para Motta (2002), a ameaça comunista na América Latina serviu como um decisivo argumento para golpes e implantação de ditaduras militares, bem como para o convencimento social da necessidade de reprimir a esquerda. Motta (2002) salienta que se deve levar em conta que o anticomunismo adquiriu diversas roupagens e que este deve ser focado a partir da análise do lugar de onde foi manifestado e a quem foi direcionado. Esses movimentos anticomunistas causaram diversos conflitos inclusive no Brasil como discutimos acima, que corroborou na derrubada do presidente João Goulart (1964).

Num primeiro momento apresentamos nosso objeto de pesquisa e fizemos uma breve reflexão sobre o contexto histórico, pois nossa fonte de pesquisa surge exatamente nesse cenário. A seguir traremos algumas considerações sobre o surgimento da *Revista Veja*, e como iremos abordá-la no decorrer da dissertação.

A construção do inimigo nacional nas páginas da Revista Veja (1968-1970).

A Revista Veja foi lançada em 11 de setembro de 1968, com a proposta de ser uma grande revista semanal de informações de todos os brasileiros. Como já comentamos acima a revista surge em um momento conturbado no cenário político internacional e nacional. No Brasil, a revista coincidiu com a Ditadura civil-militar, três meses mais tarde ao surgimento da revista, o AI-5 impunha severo controle à imprensa. Devia-se evitar notícias “tendenciosas” que pudessem influenciar a população a lutar contra o regime.

Inicialmente *Veja* enfrentou problemas, após a campanha de lançamento os leitores imaginavam algo semelhante à revista *Manchete*. Tão pouco se assemelhava a Times. A diagramação era confusa, e as reportagens, prolixas.

A violência política era um componente importante naquele período, à polícia repressiva agia de forma intensa contra aqueles que queriam o fim do regime. E os estudantes acreditavam que só com a luta armada poderiam vencer o regime, então utilizavam-se da violência em suas manifestações.

A imprensa salientava o uso da violência nas manifestações estudantis vinculado a uma abordagem sensacionalista, que esteve presente na *Revista Veja*. Dessa forma o apelo às emoções é uma forma de vender o produto. Gerando no público leitor reações imediatas por

meio de sensações como amor, ódio, desejo, medo, repulsa o que é a principal característica da imprensa sensacionalista.

Dessa forma cria imagens (imaginário), das pessoas, que foi o que aconteceu quando se intensificou a “caça” aos comunistas, construiu-se o inimigo que deve ser eliminado. A própria *Revista Veja*, já no início de suas publicações apontava a sua “tônica anticomunista” onde a mesma apresentava-se contrária ao comunismo.

A *Veja* passou a investigar quem seriam os terroristas no Brasil, e quais as suas intenções, afirmando que eles através de “atos espetaculares” estariam chamando a atenção para seus objetivos mais amplos, como a derrubada do regime via subversão. A própria revista criou um clima de insegurança social que favoreceu o golpe dentro do golpe. Os textos da revista contribuíram para a sensação de medo e de uma situação fora do controle.

O que percebemos é que a revista contribuiu na construção do inimigo da Nação (Brasil) e para uma melhor compreensão desse imaginário, utilizaremos como teóricos o sociólogo Zygmunt Bauman e o filósofo Giorgio Agamben, que procuraram compreender a sociedade em regimes de exceção e discutirem a construção do outro como o inimigo que deve ser eliminado.

Em seu livro, *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, Giorgio Agamben nos convida a uma reflexão acerca da natureza do poder soberano na sociedade moderno e contemporânea. O autor cita Michael Foucault para explicar que o poder do soberano no Ocidente, em relação à morte, mudou.

Por muito tempo o poder soberano caracterizou – se como um poder de vida e morte, poder que causava a morte ou que deixava viver. No Ocidente haverá uma mutação, os mecanismos de poder foram suplantados por práticas de incitação, de reforço, de vigilância. O poder estatal irá gerir a vida em todos os aspectos. Voltado simplesmente para a possibilidade de causar a morte. Surge um poder então cujo, principal objetivo não é mais matar, mas sim investir contra a vida, seja dos indivíduos, seja da população.

É com essa ideia que adotamos esse teórico, para compreender que formas de poder A *Revista Veja* adotou para investir contra a vida no período da Ditadura civil-militar no Brasil. Agamben nos propõe a figura do *Homo sacer* expressão que designava aquele que foi julgado

e condenado por um delito e que, devido a esta condenação, encontrava-se numa situação peculiar: ao mesmo tempo em que não podia ser sacrificado, quem o matasse não seria condenado por homicídio. O que muito ocorreu no período da Ditadura, para o poder soberano aqueles que queriam o fim do regime era considerado subversivo. Portanto cometeram delitos e caso fossem mortos o assassino não seria considerado culpado. Tanto é que no Brasil ninguém foi condenado por crimes durante o regime militar e existem muitas famílias que ainda esperam uma resposta para o desaparecimento dos familiares.

Bauman, em seu livro *Modernidade e Holocausto*, identifica na sua obra a razão instrumental em sua versão mais aterrorizante – justificando a morte de judeus como meio para se chegar a um Estado moralmente correto, funcionalmente adequado à civilização alemã.

O autor nos coloca que o Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano. O genocídio moderno utilizado e aceito como um meio necessário ao progresso do país no caso a Alemanha do III Reich, de Adolf Hitler, ou para dizer como Bauman, eliminar os judeus foi, naquele momento histórico, uma saída prática, pois eram “um alvo primário de resistência antimodernista”.

Conforme Bauman, o Estado não foi nenhum pouco democrático, propagou a ideia que os iguais se merecem os demais devem ser eliminados, reside aí à criação do amigo-inimigo. O que aconteceu aqui no Brasil durante a Ditadura civil-militar onde o inimigo deveria ser eliminado. Mata-se um inimigo do Estado não um ser – humano de carne e osso.

Essa será a nossa reflexão ao longo da dissertação, aqui são apenas alguns pontos a serem discutidos. Como já dissemos acima iremos compreender como a Revista Veja atuou nesse processo de construção do inimigo da Nação e para tanto tomamos como base teóricas para um melhor entendimento de Giorgio Agamben e Zygmund Bauman.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BETT, Ianko. **A (re) invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileiras e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação de mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Gênero, militância, tortura. In: FERRER, Eliete (org.). **68 a geração que queria mudar o mundo: relatos**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Nacional**: banalizando a violência. Revista Psicologia em estudo do Departamento de Psicologia da Universidade Da Universidade Estadual de Maringá, v. 05, nº 2, p. 1-22, 2000.

FELIZARDO, Joaquim José. **A Legalidade**: o último levante gaúcho. 4ª Ed – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 277-318.

_____, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. V. 4. p. 83-112.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. In: BARBOSA, Vânia M., FERNANDES, Ananda Simões, LOPEZ, Vanessa Albertinense, PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre: Corag, v. 1, 2010.